Recebido na CACDLG, via e-mail, em 19/12/2024, às 19:12

Registo Gesdoc I_COM1XVI/2024/146

Aprovado na reunião da CACDLG de 8/1/2025, com os votos a favor do GP do PSD, PS, IL, BE, PCP, L, CDS-PP, abstenção do GP do CH, na ausência da DURP do PAN.

Exma. Sr.ª Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Deputada Paula Cardoso,

Assunto: Requerimento para audição urgente da Senhora Ministra da Administração Interna e do Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública

No dia 19 de dezembro, num comunicado enviado às redações dos jornais, a Polícia de Segurança Pública explicou que estava em curso uma "operação preventiva" no Martim Moniz "com o objetivo de aumentar o sentimento de segurança da população em locais tidos como de maior risco".

Independentemente da motivação da operação em si, todos pudemos ver imagens impensáveis numa Democracia.

Um forte dispositivo policial encostou cidadãos à parede, revistando-os, assim, virados contra a parede. Isto é inaceitável num Regime Democrático.

A abordagem policial naquela que foi apelidada de "operação preventiva" – imagine-se -, recorda-nos o dilema que devia estar ultrapassado da desobediência às regras formais do direito e ao respeito pelos direitos fundamentais mais elementares dos cidadãos para a prossecução de uma finalidade inaceitável e contrária à enunciada pelo poder.

Recebido na CACDLG, via e-mail, em 19/12/2024, às 19:12

Registo Gesdoc I_COM1XVI/2024/146

Aprovado na reunião da CACDLG de 8/1/2025, com os votos a favor do GP do PSD, PS, IL, BE, PCP, L, CDS-PP, abstenção do GP do CH, na ausência da DURP do PAN.

As imagens são conhecidas e falam por si. A gravidade de termos visto cidadãos serem obrigados a perfilarem-se, alinhados, contra a parede, sem se mexerem, para serem revistados na praça publica é a negação do Estado de direito e da própria democracia.

Ante o circunstancialismo exposto é da mais elementar importância ouvir a responsável da tutela bem como o Sr. Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública sobre esta nova operação policial realizada no Martim Moniz, assim como sobre os meios utilizados e os fundamentos que lhe estão subjacentes, como sejam o facto de ser alegadamente um «local tido como de maior risco» e de «ser necessário aumentar o sentimento de segurança das pessoas que habitualmente utilizam os transportes públicos, espaços que dão acesso a estes, bem como nas áreas adjacentes».

Termos em que, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista requer a audição, com carácter de urgência, da Senhora Ministra da Administração Interna e do Sr. Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública.

Palácio de São Bento, 19 de dezembro de 2024

As Deputadas e os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista,